

*ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSSIMA TERCEIRA
ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – CONANDA*

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, no Auditório do Ministério das Comunicações, na Esplanada dos Ministérios, foi realizada a 133ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. A abertura dos trabalhos foi feita pelo senhor presidente José Fernando Silva, membro da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais/ABONG. Estiveram presentes: JOSÉ FERNANDO DA SILVA – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais; IVANILDO T. FRANZOSI - Casa Civil da Presidência da República; MARGARIDA MUNGUBA CARDOSO – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; ENID ROCHA ANDRADE DA SILVA – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; DEUZINEA DA SILVA LOPES – Ministério do Trabalho e Emprego; MARIÂNGELA – Ministério do Esporte; TEREZA DE LAMARR FRANCO NETTO – Ministério da Saúde; AMARILDO BAESSO – Secretaria Especial dos Direitos Humanos; ANDRÉA GIOVANETTI – Ministério das Relações Exteriores; Cristina de Fátima Guimarães – Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial da Presidência da República; MIRIAM MARIA JOSÉ DOS SANTOS – Inspetoria São João Bosco/Salesianos; RENATO ROSENO DE OLIVEIRA – Associação Nacional dos Centros de Defesa; JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO – Ministério da Justiça; LAERTE RICARTE JÚNIOR – Ministério da Previdência Social; MARIA DAS GRAÇAS FONSECA CRUZ – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; PEDRO VILMAR OST – União Brasileira de Educação e Ensino; LODI UPTMOOR PAULY – Associação de apoio a Criança e ao Adolescente; ANTONIO PEREIRA DA SILVA FILHO – Confederação Geral dos Trabalhadores; HELDER DELENA – Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança; MARIA JÚLIA ROSA CHAVES DEPTULSKI – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; LUISA TERESA DIAS MARINHEIRO – Aldeias Infantis SOS Brasil; FÁBIO TEIXEIRA ALVES – associação da Igreja Metodista e ALDA ELIZABETE BOEHLER IGLESIAS AZEVEDO – Sociedade Brasileira de Pediatria. O Sr presidente, José Fernando da Silva iniciou a reunião com a apresentação da pauta do dia sugerindo apenas a apresentação e aprovação da ata da 132ª assembléia para a plenária seguinte por ter vários pontos sobre o orçamento que precisavam de maior atenção para finalizar a mesma. Dando continuidade o Ministério da Saúde foi convidado para fazer a apresentação do seu orçamento no que diz respeito à criança e ao adolescente. A conselheira Thereza de Lamare, convidou o Sr Sérgio Sampaio, da assessoria do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, a Srª Cristina Hoffman, assessora da área da Saúde Mental, a Srª Irânea da Funasa e a Drª Maria da Graça Serafim, pediatra da área da mulher e da criança da Funasa para participarem da exposição. Começou dizendo que o Ministério da Saúde, é o

responsável pela política nacional de saúde em consonância com a Constituição Federal que determina que a *saúde é um direito de todos e um dever do Estado* e a Lei nº 8.080 que instituiu o Sistema Único de Saúde/SUS de responsabilidade das três esferas de

governo. Por ser uma política universal o Ministério da Saúde deve cuidar de todos os ciclos de vida e por isso está alicerçado na política de saúde da família responsável por cuidar de toda a população de um determinado território. Desta forma não há uma rubrica especial para criança e o adolescente. Falou como é o sistema público brasileiro, como se dá o financiamento e o que é de responsabilidade comum dos três níveis de governo, Ministério, Estado e Município. Há uma vinculação de receita dos três níveis e a partir desse montante o repasse é feito da seguinte forma: primeiro, transferência direta do Fundo Nacional de Saúde aos fundos estaduais e municipais de saúde. Praticamente 90% dos recursos do Ministério já são descentralizados. Segundo, remuneração por prestação de serviços que são os hospitais, as entidades filantrópicas e convênios. A organização dos serviços deve estar pautada na universalização do atendimento, na equidade dos serviços e na integralidade da assistência e a participação no controle social do sistema que são os conselhos de saúde. A descentralização do Ministério da Saúde, em dezembro de 1997, tinha apenas 144 municípios de fundo a fundo e em dezembro de 2003, 5.544. Hoje esse número já é maior. A população residente no município que recebe recursos do fundo a fundo começou com 17% e hoje já está com quase 100% e os recursos assistenciais transferidos fundo a fundo já chegam a 80%. Como pode ser visto, esse sistema conseguiu rapidamente fazer uma descentralização num curto espaço de tempo. **Existe o PAB fixo** que é o que o Ministério da Saúde repassa para todos os municípios no valor de treze reais percapta. A base é o IBGE. Os 177 milhões de brasileiros recebem recursos da saúde que vão proporcionalmente para os municípios. Para o atendimento da média complexidade entram os laboratórios, a radiologia simples, a questão obstétrica, atendimento psicoterápico, fisioterapia básica. Na alta complexidade, são atendimentos terapêuticos mais complicados, diagnósticos e órtese e prótese. **Evolução do orçamento de 2002 a 2005.** Na ação de serviços e saúde em 2002, eram 24 bilhões e hoje foi para 36 bilhões. Outras despesas correntes da capital estão dentro da ação de serviços da saúde de onde tira a questão do inativo e amortização da dívida. Ao longo desses quatro anos o Ministério da saúde tem conseguido ampliar o seu orçamento. Para 2006 a proposta orçamentária é de 35 bilhões. Dentro deste orçamento podemos considerar que o mais significativo na atenção à criança e ao adolescente, são os recursos que vão para a atenção básica (PAB fixo), os recursos que vão para as equipes de saúde da família e para as doenças transmissíveis e a vigilância sanitária. Também há os recursos para a prevenção das DST/Aids em torno de 800 milhões, a farmácia básica, 281 bilhões, aquisição de vacina. Para a atenção a população indígena os recursos são da ordem de 230 milhões; a saúde bucal, 124 milhões, as farmácias populares e o atendimento hospitalar ambulatorial, que são chamados de média e alta complexidade. **Tem o PROESF**, que é um programa de apoio, suporte e fortalecimento às equipes de saúde da família, com apoio do Banco Mundial. No que diz respeito a recursos específicos para as áreas técnicas da Saúde do Adolescente e do Jovem, Saúde da Criança e o Programa Nacional informamos que o Ministério tem financiamento para projetos com ONGS que atuam com crianças e adolescentes com HIV. Há repasses do Programa Nacional de DST/Aids direto para os municípios que apresentam planos de ação e metas – PAM, são os municípios e estados onde têm maior número de pessoas com vírus HIV. O Programa de Saúde e Prevenção nas escolas é uma parceria MEC/MS, os Centros de Testagem e Aconselhamento, que são os TCAs. A execução está em torno de 90%. Na área da saúde do adolescente o recurso esse ano é de 5.320 milhões para implementar a portaria do adolescente em conflito com a lei. Infelizmente não foi possível habilitar nenhum estado devido a complexidade deste atendimento e a necessidade dos estados e municípios

compreenderem melhor a portaria. Como estratégia a área está repassando estes recursos para estados e alguns municípios para implementação da política Nacional de Saúde Integral do Adolescente e o Jovem. No caso da área da saúde da criança, os recursos, na ordem R\$ 8 milhões foram para reproduzir a nova caderneta da criança, apoio aos bancos de leite e projetos para estados e municípios para o fortalecimento da gestão. Sobre a Saúde Indígena, a Sr^a Irânia da Funasa, mostrou a situação da mortalidade indígena e como é importante esse orçamento para o desenvolvimento das ações. Foi criado o subsistema de saúde indígena. Foram criados 34 distritos sanitários e portanto, são 34 conselhos distritais de saúde indígena formados de acordo com a lei 8.142. Ele é paritário e vem ajudando na implementação da política da saúde indígena. O financiamento vem do recurso próprio do tesouro nacional e pela secretaria de atenção à saúde e recursos provenientes de convênio com o Banco Mundial. O recurso é passado diretamente para o município e se esse achar conveniente, repassa para a comunidade indígena. Sobre a taxa de mortalidade infantil não tinha um sistema de informação. Em 1999, foi criado o Sistema de Informação da Saúde Indígena. Em 2004, a taxa de mortalidade é muito preocupante. Em 2005, a maior causa foi as doenças parasitárias e a desnutrição. Abrindo para debate, a conselheira **Miriam** quis saber se existia dentro da capacitação de recursos humanos algum programa específico na área do ECA e se existia uma política nacional de atenção à saúde mental da criança e adolescente e como ela é executada. O conselheiro **Helder** questionou sobre o PAB fixo, como se chegou a esse valor e quanto aos recursos para a atenção básica da saúde, o que foi apresentado está diferindo da planilha que se tem em mãos. A conselheira **Maria das Graças** perguntou se estava sendo desenvolvido algo a respeito da saúde mental para o adolescente autor de ato infracionário e quais os problemas para a implantação da portaria referente ao assunto. O conselheiro **Pedro** perguntou se em relação a Educação existia ação conjunta ou cada um executa como acha melhor em relação a mortalidade indígena, se não tem a ver com questões que vem de antes. O conselheiro **Fernando** quis saber se havia uma atenção específica para as crianças quilombolas dentro do Ministério da Saúde e como está a oscilação da média nacional da mortalidade das crianças indígenas entre os povos. A conselheira **Tereza** respondeu que com relação a capacitação específica para o ECA o que o Ministério tem feito é publicar alguns estatutos, mas especificamente no que diz respeito à criança e adolescente não entra nenhuma questão específica. Sobre a portaria, ela é bastante complexa. O município e o Estado, tem que fazer o plano operativo e a portaria reza que o município teoricamente deveria assumir aquelas ações da saúde. Apenas quatro estados têm o plano operativo, que são o Acre, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Sobre algumas inconsistências do que foi apresentado é que alguns dados foram globalizados podendo acontecer isso. Com relação aos dados zero no caso da saúde bucal é que uma parte é pra equipamento e como teve um problema na licitação teve que ser feito novamente. Sobre o incentivo financeiro, não foi executado mais está empenhado e será repassado até o final do ano. Essas questões de alimentação saudável, educação permanente, saneamento básico, serviços da dívida, não serão colocadas agora. Em relação as outras ações, tem uma interface com os outros ministérios. Quem executa basicamente, é o Ministério das Cidades. A educação permanente, tem sim, uma ação direta com o MEC fora as diversas capacitações que existe que são feitas via sociedades científicas. A mesma coisa acontece com a saúde indígena. Crianças Quilombolas. O Ministério da Saúde vem redefinindo várias ações para a população quilombola, indígena e mulher negra. O Senhor Sérgio respondeu sobre a percapta do PAB fixo, que foi feito através de um elenco de procedimentos mínimos da

atenção básica e se chegou a esse valor que na época era de dez reais. A partir daí, foi aplicado um índice que se chegou a treze reais que foi um aumento dado neste governo. O serviço da dívida externa, isso é serviço de empréstimos internacionais que o Ministério toma. Sobre a inconsistência dos dados, existe um hiato entre aquilo que as áreas técnicas planejam e o que é o plano de ação da área administrativa. Essa é a discrepância que se percebe. Sobre a política nacional da saúde mental, a Sr^a Cristina esclareceu que se tem um marco específico a partir de 2002 com a criação do Centro de Atenção Psico Social Infante Juvenil que são os CAPS. Um outro marco importante é a criação do Fórum Nacional de Saúde Mental Infante Juvenil, no qual o CONANDA tem assento. Tem 54 CAPS cadastradas no Brasil que atendem a população até 21 anos e também os CAPS AD. Esses são serviços específicos pra Saúde Mental. A Sr^a Irânia também esclareceu que os problemas que hoje afetam a população indígena são decorrentes de muitos anos. Sofrem devido a várias questões. A taxa de mortalidade chega a ser absurda de tão alta que é. A conselheira **Alda** questionou sobre a execução de apenas 55% do orçamento, qual foi a dificuldade em relação as ONGs e também em relação aos maus tratos e violência, se estava sendo feito alguma trabalho com o conselho tutelar do município junto com essas aldeias. A conselheira **Maria Luiza** mostrou sua preocupação em relação a hepatite B. Por que não pensar na obrigatoriedade desta vacina em massa? A Sr^a Irinéia esclareceu que em relação ao orçamento, existe um grande problema de gestão. A maior parte do recurso é repassado pra conveniados e outra para as coordenações regionais. Foi observado que as ONGs conseguem executar mais que a própria Funasa e se fosse dado autonomia para os distritos sanitários para pequenas compras eles teriam mais agilidade. Com relação a violência e maus tratos de crianças indígenas isso vem aumentando cada vez mais e não é a questão cultural é a questão da saúde mesmo. As pessoas bebem até álcool de carro. A orientação dada, é que se tem maus tratos de crianças indígenas tem que ser denunciado. A conselheira **Tereza** se comprometeu de mandar todo o material da apresentação via e-mail e junto já mandar algumas respostas mais detalhadas. Propôs para que essa mesma apresentação dos Ministérios fosse feita no início do próximo ano e depois no final do ano para avaliação da execução. O conselheiro **Fernando** disse que em relação a criança adolescente indígena seria interessante que em dezembro todas as comissões dessem uma olhada no planejamento estratégico para trazer um balanço de 2005. Também sugeriu trazer no próximo ano uma pauta com outros ministérios além dos seis que já se apresentaram. No segundo dia de reunião houve em primeiro lugar um informe dado pelo conselheiro Paulo Marques que o CONANDA apreciasse o acordo que o estado federativo vai assinar com as famílias e se o CONANDA ratifica ou não no caso Maranhão, de indenização das mesmas. Outro informe sobre cinco unidades que estão sendo construídas no Paraná em Londrina, no valor de 38 milhões, em um padrão arquitetônico com grupo de dez meninos em cada casa, quartos individuais, um projeto de capacitação pedagógica coordenada por técnicos de uma própria unidade de Londrina e está sendo feito um concurso para 1000 funcionários que serão capacitados num curso de 500 horas. Uma equipe super presente com vinte meninos divididos de cinco em cinco, efetuando as mais diferentes atividades e que tem um trabalho pedagógico realizado por uma pedagoga, uma assistente social e uma psicóloga. A diretora é uma musico terapeuta e tem a equipe de educadores sem a figura do segurança e com muitas atividades externas. Essa unidade é nova, e vai passar para trinta depois da ampliação. O Ministério foi convidado pela FEBEM em caráter de urgência, para abrir um processo negociacional com os peticionários e fizemos uma negociação lá propondo que se implemente um grupo de trabalho, instituído por nós CONANDA que faça a implementação das medidas cautelares

propostas na implementação, que são cinco. As partes não aceitaram e ficaram de nos dar a resposta depois. Isso implicaria em o CONANDA constituir um grupo de trabalho, que participaria entidades ou órgão federais e nós vamos fazer a proposta que sendo por eles aceita, na próxima assembléia traremos para instituir o grupo. Na seqüência, passou-se ao relato das comissões. A conselheira **Maria das Graças** quis deixar registrado a ausência da maioria dos conselheiros governamentais mais uma vez prejudicando o andamento dos trabalhos. A **Comissão de Articulação e Comunicação** fez o seu relato apresentado pelo conselheiro Helder que reafirmou o fato da ausência dos integrantes do governo na reunião da comissão. A pauta da reunião foi a análise final da resolução sobre o sistema de garantia de direitos, recomendações sobre a criação dos conselhos de direitos, apreciação da proposta da Risolidária, encaminhamentos relativos aos parâmetros de formação dos operadores do sistema de direitos, informe sobre a campanha do FIA, e recomposição da assessoria. Na análise final da resolução, na última reunião do CONANDA foi discutida até o artigo 6º, em decorrência da pauta ser extensa e não tendo sido possível discutir os artigos restantes encaminhou-se um grupo formado pela conselheira Joisiane, conselheiro e presidente do CONANDA Sr Fernando, consultor do UNICEF, Sr Wanderlino Nogueira e o Sr Francisco, da Secretaria De Direitos Humanos que fariam as inclusões das alterações e a finalização dos trabalhos da resolução. O item 2, o texto que dispõe sobre a criação dos conselhos de direitos, já aprovado pelo CONANDA, será lançado na VI conferência nacional. O item 3, A Risolidária apresentou proposta de capacitação dos conselheiros dos direitos e tutelares e essa proposta previa vinte oficinas a serem realizadas em 2005 e 2006 com duração de nove horas e participação de no máximo sessenta integrantes. As oficinas desenvolveriam dois temas: O primeiro sobre Redes seria básico para todos e o segundo, os Conselheiros poderiam optar entre: “Funcionamento e Atribuições dos Conselhos dos Direitos e Tutelares”, Função controladora dos Conselhos, Orçamento Municipal e Elaboração de Plano de Ação. A comissão propõe que o CONANDA faça a apresentação desta proposta para os Conselheiros estaduais em reunião própria na VI Conferência. A proposta de capacitação deve ser estendida para os 27 estados ou para aqueles que quisessem. O público alvo deve ser os conselheiros de direito e tutelares e convidados. A carga horária de capacitação deve ser ampliada de oito para dezesseis horas. O conteúdo deve ser mantido e inicialmente previsto para 2006. Em termos de despesas o CONANDA deve fazer um convenio com a Risolidária para arcar com os custos de hospedagem e alimentação daqueles que participarão da capacitação e tenham que se deslocar das suas cidades. A Risolidária deve arcar com suas próprias despesas e de seus convidados. Os estados devem arcar com a estrutura necessária para a realização da capacitação, lugar, material etc. Os pontos sendo aprovados serão levados à Risolidária para apresentação e discussão. Após discussão a mesa entendeu que a comissão deverá continuar esse diálogo com a Risolidária e na assembléia de dezembro trará essa sugestão mais arredondada para esta sendo deliberado na reunião do dia 13, às 20 horas, numa reunião da Conferência do CONANDA com os conselhos estaduais, na qual a Risolidária estará participando para fazer a apresentação. O item 4, encaminhamentos relativos aos parâmetros de formação dos operadores dos Sistemas de Garantias de Direitos, estava parado desde o mês de fevereiro de 2005 em decorrência do término do contrato com a sistematizadora Srª Vera Lion com o UNICEF e como ainda faltava incorporar sugestões feitas por conselheiros ao texto, a comissão retomou essa discussão para finalizar a sistematização para poder aprova-la na reunião do CONANDA. Esse texto das diretrizes para a formação de operadores do sistema de direito, considerando que vários projetos foram aprovados

conforme edital desse ano e estão aguardando sua finalização faz-se necessário, retomar a negociação com o UNICEF para ver a possibilidade do pagamento do profissional para término do documento. A sugestão é que o presidente do CONANDA possa retomar essa conversa visto que a secretaria já fez vários contatos e não consegue ter retorno do UNICEF. Não será possível apresentá-lo na VI Conferencia Nacional em virtude do pouco tempo que tem para finalizá-lo. O presidente Sr José Fernando entendeu que agregando na conversa com o UNICEF tinha três pontos. Um é em relação às diretrizes para capacitação dos operadores do sistema de garantias de direitos, a outra é a oficina do projeto e a outra é o documento da convivência familiar e comunitária. A sugestão é marcar essa reunião para tratar desses três aspectos. O ponto 5, **informes da campanha FIA**. No dia que o pessoal da Telemig esteve aqui disseram que provavelmente dia dezesseis, seria lançada a campanha e não foi possível por que as peças não ficaram prontas gerando um atraso grande. Porém, há previsão de que na primeira quinzena de dezembro já começa a ser distribuídos folders nos aeroportos e a passar na TV do Banco do Brasil. Um outro informe foi sobre a saída do Sr Francisco da Secretaria de Direitos Humanos, sendo necessário recompor essa assessoria que contribui com a comissão. Em relação à assessoria, na comissão de legislação o conselheiro Paulo informou que já assumiu o cargo o Sr Fernando que é um advogado novo e inclusive já ajudou fazendo o parecer do não a violência que foi aprovado por unanimidade no senado. Em relação à comissão de articulação, é a questão de reativar a presença da Sr^a Elisa, e da Sr^a Jaqueline. Em terminando a conferencia ela volta para a comissão de articulação, e também o Sr Alberto. A conselheira **Maria das Graças** deu outro informe sobre uma solicitação do Instituto Amazonas Celular de fazer parte do grupo consultivo do pró-conselho Brasil. A comissão não discutiu isso por falta de tempo e então estavam colocando essa proposta para ver se tinha alguma objeção da plenária, abalizando que eles estão naquela região, sabendo da carência, talvez eles possam contribuir mais e se isso poderia ser levado para o conselho consultivo já com um parecer ou opinião do CONANDA. A proposta foi aprovada. **Os encaminhamentos foram:** a comissão sugere que o CONANDA consulte os conselhos setoriais e de direitos e os respectivos Ministérios executores de políticas sociais, principalmente saúde e educação, no sentido de trazer contribuições para o plano nacional de convivência familiar e comunitária. Aproveitar o momento da realização das conferencias nacionais da criança e do adolescente e da assistência social para distribuição da versão preliminar do plano e solicitação de envio de sugestões ao CONANDA. O CONANDA ainda avaliará a sugestão apresentada que é realizar um evento no primeiro semestre de 2006 com o objetivo de pactuar o plano em âmbito nacional. Isso foi o que foi tratado na reunião do CNAS que sugeriu que o CONANDA ficasse com a coordenação desse trabalho e que de fato o CONANDA possa articular com os outros conselhos para que esse plano contemple a existência de outros setores nessa questão da convivência familiar e comunitária e solte esse documento na conferencia da assistência e da criança e adolescente par que eles possam trazer as contribuições, até o meio do ano que vem e no fim fazer a sistematização de tudo do documento. O conselheiro Paulo sugeriu que para agilizar o processo no CONANDA entrar na nossa metodologia de trabalho seria necessário uma comissão indicando a de Política Pública por achar ser a melhor para essa finalidade tendo dentro da subsecretaria o Sr Alexandre como interlocutor e dentro da secretaria técnicos, Sr Alexandre e Sr Lauro. A **Comissão de Orçamento e Finanças** deu prosseguimento com o seu relatório com apenas cinco itens a serem tratados. Orçamento 2005/Descontingenciamento e Suplementação Orçamentária da VI Conferência, Emendas ao PLOA/2006, Emendas Parlamentares

individuais, Edital 2006 e Proposta do Banco do Brasil. Em relação ao orçamento foi enviado um ofício para complementar o orçamento de 2005, no valor de 55.299.397 reais. Foram enviadas também, essas mesmas solicitações para o ministro Sr Paulo Bernardo e o ministro Sr Antonio Paloci. A senadora Sr^a PATRICIA SABOIA se comprometeu de enviar também para o ministro Antonio Paloci solicitando um esforço todo especial par que essa liberação dos recursos seja efetivada. Em relação à VI Conferencia recebemos a comunicação de que não tínhamos os recursos disponíveis para a realização da mesma. O segundo assunto, emendas ao PELOA 2006, o conselheiro Paulo Marques coordenou um grupo que foi formado pelo Sr Sérgio, do Ministério do Esporte, Sr^a Sandra e Margarida do MDS e Sr Francisco do INESC. Eles elaboraram um conjunto de dez emendas ao projeto de lei orçamentária de 2006. Essas emendas foram entregues na coordenação da frente parlamentar, além disso, nosso presidente participou de um café da manhã com o Deputado Federal Sr Carlito Meress do PT de Santa Catarina, onde também foram entregues essas emendas bem como para o Deputado Paulo Rubens do PT do Pernambuco e ao Deputado João Alfredo do PSOL do Ceará.

Encaminhamentos: A Frente Parlamentar está convocando uma Audiência Pública para o dia nove de novembro para discutir o orçamento Criança e Adolescente 2006 e o conjunto de emendas apresentadas pelo CONANDA. Da audiência participarão CONANDA, INESC, e Fórum Nacional DCA. Estão sendo identificados quais são os parlamentares para apresentar as emendas que serão feitas via Comissões. Em relação às Emendas Parlamentares Individuais, fazer um levantamento para buscar onde está fundamentado na legislação a questão das emendas parlamentares individuais. Foi sugerido que a Sra. MARIANGELA do ministério dos Esportes apresentasse um estudo prévio, tentando fundamentar na legislação as emendas parlamentares individuais. Isso por tanto deverá voltar em uma das próximas assembléias. Sobre o Edital 2006, o valor total das três áreas que vão para o edital é de nove milhões e setecentos mil. Dentro disso temos na área de promoção e defesa um recurso que vai estar locado na subsecretaria de dois milhões seiscentos e vinte e três mil e cento e cinco reais. Isso vai para o programa dos ameaçados de morte, é um programa de continuidade e não terá edital, por que ameaçado de morte não pode esperar. Dentro da ação para a exploração sexual, estariam locados na subsecretaria, um milhão cinqüenta e dois mil, trezentos e oito reais, que também iriam para (*intervenções simultâneas*), e depois no fundo quatrocentos e oitenta e três mil, cento e setenta e nove reais. Está tendo sugestão para não ir para o edital, por que a gerência do programa combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescente vai preparar uma nota técnica propondo a ampliação à disseminação do PAIR nos municípios apontados na matriz do intersetorial, como vulnerável a exploração de crianças e adolescentes pelos governos estaduais. Como esse é um volume pequeno sugere-se que também seja feita uma ação de continuidade. Com essa ampliação do **PAIR** nesses municípios o valor seria muito insignificante e se isso fosse para o edital, seriam de 20 mil para um, 50 mil para outro, e o resultado seria talvez comprometedor. Isto está sendo sugerido para que esse valor não vá para edital. A mesa entendeu que a idéia precisava ser aceita previamente por que na plenária seguinte terá uma nota técnica preparada pela Sr^a CRISTINA ALBUQUERQUE, que é a gerente do programa para que se possa ter uma visão melhor do ponto de vista prático e essa discussão será retomada. A comissão refletiu e tiveram algumas alterações em relação ao edital para 2006 com duas alternativas. A primeira é lançar um edital já sabendo o valor aprovado no orçamento com uma expectativa de que esse valor tenha um significativo aumento e dessa reunião até outra seria preparado um edital pensando na ampliação do valor e aí sim lançar o edital após a próxima assembléia.

A outra alternativa, não tendo um aumento do orçamento, não fazer um edital, não lançar um novo edital e sim contemplar com esses valores que tem os projetos B na tabela antiga. Após discussão, a mesa entendeu que na verdade não tem que ser discutido a alternativa A ou B, o que tem que ser feito é preparar o edital, e estar submetendo a aprovação na próxima planária, esse edital com a expectativa de que os recursos vão aumentar. O lançamento público do edital deverá acontecer quando tiver o orçamento, mas não está sendo decidido A ou B, é trabalhar com as duas possibilidades e só definir quando o orçamento estiver aprovado. Em relação ao processo de controle, o presidente Fernando lembrou que isso foi colocado como uma possibilidade de emenda na plenária anterior, só que na revisão do PPA caiu, então pensou-se em fazer essa emenda e na revisão do PPA do próximo ano ficarem mais atentos para ver essa possibilidade na época do orçamento. O ultimo item, apresentado pelo relator foi um informe sobre uma proposta do Banco do Brasil. No dia 11 de novembro haverá uma reunião para analisar essa proposta. A proposta é sobre o projeto AABB Comunidade via Fundo Criança e Adolescente. Na seqüência, a conselheira **Miriam** apresentou o relatório da **Comissão de Políticas Públicas**. Sobre o expediente enviado pelo ministério do Trabalho e Emprego solicitando audiência com o Ministro sobre fiscalização do Trabalho Infantil e extinção dos GECTIPAS, o ofício CONANDA foi enviado e protocolado em vinte e seis de outubro de 2005. O Ministro aguarda retorno de férias do chefe do setor de fiscalização e inspeção do setor do trabalho para se colocar a par da discussão e somente após marcar a audiência com o CONANDA. Convite do instituto ETHOS. O instituto encaminhou ao CONANDA Manifesto cinco anos sem a regulamentação da lei do aprendiz e solicitou o apoio do CONANDA. Esse manifesto, ocorrerá no dia 30 de novembro na esplanada dos Ministérios. **Encaminhamento:** a conselheira **Miriam** vai representar o CONANDA no manifesto. A Secretaria Executiva buscará mais informações sobre o manifesto como, local, horário e programação. O conselheiro **Antonio** e conselheira **Maria Isabel** elaborarão carta de apoio ao Manifesto disponibilizando material já elaborado pelo CONANDA – Cartilha e oficina. Circular a carta por e-mail para aprovação dos conselheiros. A conselheira **Júlia** foi indicada para fazer o contato com a Secretaria Executiva. Projeto Zanauandê. Apresentaram o projeto a Sr^a Helena da UNICEF e Sr^a Bárbara da SEPPIR. O projeto tem quatro frentes. **Articulação Política:** dar visibilidade a criança e adolescente quilombola, articulação Conanda, Fórum Nacional DCA; **Pesquisa e informação:** diagnóstico e produção de informações sobre crianças e adolescentes quilombolas; **Comunicação e mobilização:** construção de peças instrumentais para visibilidade local; **Fortalecimento institucional:** empoderamento de lideranças. Está previsto para março de 2006 um encontro nacional de crianças quilombolas e solicitam o apoio do CONANDA. Os **encaminhamentos** foram os seguintes: Encontro quilombinho e a oficina quilombola que será promovida pelo CONANDA ocorrerem na mesma data. Incorporar representantes do CONANDA no GT que está definindo o encontro quilombinho e foi sugerido os nomes da conselheira Júlia(MNMMR), conselheiro Antonio(CGT), Sr^a Júlia(MJ) e Sr^a Roseana(MEC). Em relação ao Fórum Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual, a conselheira **Tereza** solicitou informar que ela se incorporou à Comissão de Políticas Públicas desse fórum. **Projeto TRAMA** é uma ONG consórcio de Entidades de Direitos Humanos que encaminhou um ofício ao CONANDA relacionado a apuração de responsabilidade Brasil/Holanda na criação de uma rede de pornografia Infantil pela Internet, comandada por holandeses e canadenses que viviam no Brasil. Os responsáveis foram condenados mas conseguiram fugir e continuam com a rede na Holanda. A ONG fez representação junto ao

Ministério da Justiça e ao embaixador do Brasil em Haia. O **encaminhamento** é que foi repassado a documentação para estudo, análise e parecer da Comissão de Legislação. **Bolsa PETI**. A conselheira **Margarida** apresentou a transferência da Bolsa PETI para Bolsa Família. O encaminhamento foi o seguinte: As mudanças serão apresentadas na próxima plenária do Conanda em dezembro. Concluindo o relatório desta comissão de Políticas Públicas a relatora conselheira **Miriam** falou sobre uma denúncia. O Juiz da Infância de São Joaquim-SC, está concedendo alvará permitindo o trabalho a menores de dezesseis anos na coleta de maçãs no município. Foi **encaminhado** o seguinte: 1)Secretaria Executiva deverá buscar junto a representante do Ministério do Trabalho e Emprego se o mesmo já encaminhou parecer à AGU; caso positivo, o Conanda deverá emitir nota de apoio ao parecer do Ministério do Trabalho e Emprego e encaminhar para a AGU. 2)Caso o Ministério Público não tenha elaborado parecer, o presidente do Conanda deverá encaminhar ofício solicitando a sua elaboração. 3)O presidente do Conanda encaminhará ofício à Procuradoria Geral da União questionando a autorização judicial concedida pelo juiz de São Joaquim, o que contraria a Constituição Federal, o ECA e as Convenções Internacionais assinadas pelo Brasil, 138 e 182 da OIT. 4)Comissão de Legislação deverá estudar os alvarás concedidos pelo juiz para análise e parecer. O presidente FERNANDO informou que o encaminhamento um já está realizado e o conselheiro RENATO sugeriu um outro que é dar conhecimento ao Conselho Nacional de Justiça. O CONANDA deverá encaminhar em forma de ofício para o conselho tomar conhecimento. Também uma sugestão da conselheira Maria das Graças de que esse ofício seja enviado também para a **ABMP**. Não havendo discordância foi concluído o relato dessa comissão. Em seguida foi apresentado o relatório da **Comissão Organizadora da VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. O primeiro ponto abordado foi a falta de definição da deliberação dos recursos. Até o horário da reunião não se tinha esta deliberação, o que estava prejudicando toda a preparação da Conferência. Os outros pontos foram: Não se tem recursos para a realização do show para os adolescentes, as propostas de parceria não se consolidaram. Existe uma proposta do Laboratório SABIN em financiar as atividades mas com doação ao fundo via dedução do Imposto de Renda. A definição anterior da plenária foi de que essa estratégia não seria utilizada. Como está muito próximo da Conferência a proposta foi trazida para reconsideração da plenária. Após discussão, a mesa entendeu que esta proposta não seria aceita. Na discussão também foi resolvido fazer o contato com o Ministro da Cultura, ver se ele pode fazer essa participação especial e junto com ele, outras bandas locais que darão continuidade ao show. A conselheira Júlia, do MJ, se disponibilizou a fazer contato com uma banda conhecida para ver sua disponibilidade em fazer o show. A comissão informou que até o momento o convênio com o NASCE e com a APLAUSO ainda não foram efetivados e várias ações precisam ser executadas imediatamente. Foi solicitado um espaço na SPDCA para que as Instituições possam desenvolver suas ações. Também uma solicitação do CEDCA/Piauí pedindo o pagamento de hospedagem para 19 conselheiros tendo em vista dificuldades do Estado. A proposta da comissão é de que se atenda apenas as demandas para a Sociedade Civil e das regiões Norte e Nordeste. A proposta foi aprovada. Ainda uma solicitação de cobertura da conferência feita pelo PAIR/Mato Grosso. A proposta da comissão foi de responder que não será possível pelo fato de já está contando com a ANDI e a Risolidária para esse fim. Na opinião do presidente Fernando e de outros conselheiros, essa questão tem que ser o mais aberto possível entendendo que seria conveniente conversar com a **ANDI** e a Risolidária, dizer que tem outro site querendo fazer a cobertura e que seja oferecido, avaliando se há espaço. A partir daí a comissão

responsável pela cobertura senta com a **ANDI** e organiza. O último ponto foi a respeito da chegada. A conferência começa no dia 12, e a proposta é que a Comissão chegue no dia 11 para resolver assuntos pendentes e participar da capacitação dos facilitadores. Também ficou resolvido a instalação da plenária no dia 12 às dez horas e essa plenária ficará instalada até o final da conferência. Também a plenária extraordinária da comissão será no dia 12 pela manhã. Ficou também acertada uma reunião com os sistematizadores e facilitadores que será no dia 11, eles chegando pela manhã e a reunião à tarde, para acertar todos os encaminhamentos. O último relatório apresentado foi da **Comissão de Legislação e Regulamentação**. O primeiro ponto foi sobre notícias vinculadas no jornal, acerca de assédio de clubes esportivos brasileiros a crianças e adolescentes. A Comissão sugeriu verificar discussão já realizada pelo CONANDA, na Comissão de Políticas Públicas, a respeito da co-relação entre as notícias de assédio de clubes esportivos brasileiros a crianças e adolescentes e a ocorrência de trabalho escravo e resgatar capítulo referente ao tráfico de menores da CPI do Futebol. Sobre os dispositivos de retenção de crianças em veículos automotivos, que são as cadeirinhas, foi mandado um ofício pela procuradora Dr^a **Lívia Tinoco**, por que o Inmetro veio ao CONANDA e garantiu que iniciaria os testes até Outubro, e não fez os testes e nem instaurou nada, e ai depois se manifestou para o ministério público federal dizendo que não poderia fazer nada por que era uma competência do CONTRAN, que deveria delegar a eles e que o prazo deles seria no final de 2007. A doutora **Livia** nos incitou a nos manifestarmos a respeito disso, porém vamos nos remeter a ela dizendo que discordamos por que foi um compromisso que eles assumiram conosco e não cumpriram e que ela tome as medidas legais cabíveis. Em relação ao item 2, o número um, esse parecer a respeito do PL 2.654/2003 já foi encaminhado, já foi votado ontem, e por unanimidade já foi aprovado. Também foi sugerido oficiar a Save the Children Suécia, cumprimentando pela produção de material referente à este tema pela entidade e solicitando a doação de exemplares aos representantes do Conanda. O conselheiro Paulo fez uma solicitação para que as demandas da comissão aprovadas em assembléia sejam enviadas à secretaria executiva para que sejam dados os devidos encaminhamentos. O item 4, Notícias Sobre o Andamento do Seminário Legislativo. Teve um informa trazido pela Sr^a **ALISON** por telefone de uma reunião de uma subcomissão para analisar as propostas que foram trazidas e foi selecionada a **ONG CECRIA**. Posteriormente serão agendadas reuniões para que seja estabelecido o marco de coleta de informações e o instrumental de execução dos trabalhos. Concluindo o relato foi sugerido ao menos constar em relação ao Ministério das Relações Exteriores, por que na Itália o consulado tem um trabalho com os empresários que levam essas crianças com promessas de jogar nos times, mas muito pelo contrário elas vão fazer só um teste, e é passagem só de ida, ai o governo brasileiro tem que dar uma certa assistência. Tem ainda o problema do assédio, essas crianças nos clubes sofrem muito assédio sexual e é um assunto que deve ser extremamente olhado. A sugestão é que a Comissão de Legislação ou a de Políticas Públicas pensem como podem agir nesse sentido. O presidente então fez uma solicitação para quem tiver informações passar para a comissão. A Fundação Abrinque informou que está lançando uma campanha para organização que trabalha com crianças de 0 a 6 anos e todas instituições que tiverem experiências bem sucedidas nesse sentido poderão estar fazendo a inscrição nesse concurso para concorrer ao premio criança. Na seqüência, a Sr^a Carol fez um histórico para demonstrar a importância do acordo sobre o caso das **CRIANÇAS EMASCULADAS DO MARANHÃO**. Como é do conhecimento de todos ainda existe no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, duas denúncias a meninos emasculados do

Maranhão. As duas denúncias abrigam três crianças e existe através de mobilização da sociedade civil uma solicitação de responsabilização do estado brasileiro. A sociedade civil entendeu, como não encontrando em recursos internos, uma solução mais adequada para o caso e enviou o caso para análise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Ressaltou que desde o início esse acordo não se restringia as três crianças que foram conduzidas à comissão interamericana de direitos humanos, mas fosse estendido a todas as crianças que foram submetidas às violações que possuem semelhança. Certamente esse foi um elemento muito importante para a conclusão desse pré-acordo no dia 21 de Outubro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos que estendeu o abrigo a vinte e oito famílias. O governo do Maranhão comprometeu-se a nomear um prédio público em homenagem simbólica as crianças vitimadas. Sobre pagamento de indenização que foi algo bastante controverso em um primeiro momento e agora foi acatado, que são 500 reais por mês ao longo dos próximos 15 anos em projeto a ser aprovado na assembléia legislativa uma vez que seria o único mecanismo para ultrapassar o principio geral da indisponibilidade do patrimônio público. O ultimo item, foi reconhecimento de responsabilidade, essa responsabilidade será objeto dessa cerimônia pública e estará expreso no acordo e fora esses termos que formam acordados, essa foi uma clausula ainda preparada em um primeiro momento, com o auxilio do Ministério público do estado. Abrindo o debate, o conselheiro **Pedro** perguntou se o estado do Maranhão não fosse aceitar esse acordo que conseqüências isso teria dentro dessa estrutura internacional. No caso do estado do Maranhão, durante um momento no ano passado foi pensado que esse acordo não fosse firmado. Se não fosse firmado manteria-se a postura do estado e dos petionários em manter as suas perspectivas. Poderia haver uma comunicação da comissão interamericana em dois sentidos, uma em dizer que realmente não existiam elementos para a responsabilização internacional, e a outra resposta seria o estado Brasileiro é responsável. O conselheiro Paulo Marques ressaltou que nessa mesma sessão houve também uma reunião de trabalho, que era para ser audiência, da FEBEM e achava interessante que esse conselho discutisse essa questão quando fossem obtidas as respostas dos encaminhamentos feitos pela manhã e pediria inclusive para anunciar que a próxima seção da corte fosse aqui. Em relação a FEBEM o Sr AMARILDO informou que está sendo inaugurada uma nova fase de relacionamento com as áreas internacionais e que durante muito tempo a área internacional trabalhava de forma isolada com as áreas finalísticas da secretaria. Muitas vezes as respostas que iam para o exterior nem se tinha conhecimento, sabendo depois o que tinha acontecido. Infelizmente não deu para discutir antes a questão da FEBEM por que tinha uma dificuldade muito grande com São Paulo, até que já em cima da hora a procuradora que foi designada por decreto pelo governador para tratar de todas as questões em relação ao sistema interamericano, ela aceitou fazer uma reunião conosco e felizmente em Washington foi bem no sentido do que nós conseguimos pactuar com São Paulo, um pouco diferente do Maranhão, mas para São Paulo foi um avanço bastante grande. Outro informe importante, é que o Comitê de Direitos da Criança da ONU, está propondo a assembléia geral da Onu que se faça um protocolo adicional à Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, relacionado a área de convivência comunitária e familiar por entenderem que tem um vazio na convenção nesse sentido. Na convenção em Genebra pedimos a missão permanente para o Brasil e colocar o Brasil à disposição pra dar o ponta-pé inicial nesse debate. Informou que a Sr^a Alisson acabara de trazer a resposta de que está dado o sinal verde para fazermos a reunião no Brasil entre março e abril. Esse é um ponto importante e a nossa intenção era de dar uma

amplitude maior a esse debate que já vem sendo feito e resultou nessa primeira proposta de plano de convivência familiar e comunitária. O conselheiro **Renato** informou que no dia 28 de novembro vai haver uma reunião patrocinada pelo auto-comissariado de Direitos Humanos com relação ao seguimento das recomendações do Comitê dos Direitos das Crianças, em Buenos Aires onde são convidados os estados da região e as coalizões. Pelas coalizões vão o fórum **DCA**, a **ANCEDE** e a rede Monitoramento Amigo da Criança. Vai também, o estado brasileiro. Em relação a plenária de dezembro, é a última plenária do ano, então é importante que as comissões dêem uma olhada nos planejamentos, nas pendências, tentando limpar a pauta para entrarmos de forma mais organizada em 2006. O último informe foi da conselheira **Marta** sobre o lançamento de um livro em Curitiba, do membro do ministério público do Paraná Sr Mário Ramidof, o título é Lições de Direito da Criança e do Adolescente: ato infracional e medidas sócio-educativas. O lançamento vai ser dia 11 de Novembro as 17:30. A presidência entendeu que a conselheira Marta vai representar o CONANDA no lançamento. Não tendo mais nada a ser tratado, o senhor presidente José Fernando agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pelo presidente do CONANDA.

JOSÉ FERNANDO DA SILVA